

Ambulância: o 'hospital' da Baixada

LAURA ANTUNES E LETÍCIA HELENA

Se nascer, na Baixada Fluminense, já exige sorte para disputar uma das poucas vagas nas maternidades públicas da região, sobreviver a partir de então é um ato de persistência. Com quase três milhões de habitantes, distribuídos por sete municípios, a Baixada trata a maioria de seus doentes em horário comercial: depois das 18h, é quase impossível encontrar um posto de saúde funcionando. Os casos graves nem precisam esperar anoitecer para serem rejeitados pela rede pública, já que na região não existe uma Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) sequer. Mas a transferência para hospitais do Rio e de outros municípios vizinhos é garantida por uma frota de 61 ambulâncias, algumas com equipamentos altamente sofisticados.

Comprar ambulâncias se tor-

nou o tratamento mais eficaz para resolver a escassez — e a má administração — de verbas para o setor de saúde na região. Nos municípios recém-emancipados (Queimados, Japeri e Belford Roxo), a remoção compensa a total falta de infraestrutura na rede herdada de Nova Iguaçu. Ali há falta de medidores de pressão arterial ou aparelhos de nebulização. As ambulâncias, porém, estão sendo transformadas em UTIs móveis. Nas quais, contrariando recomendação da OMS, às vezes até cinco doentes são socorridos em cada viagem.

Em muitos municípios, porém, o caos é tamanho que chega a faltar recursos até para comprar e manter as ambulâncias. Nilópolis e São João de Meriti têm, respectivamente, quatro e oito ambulâncias, todas em estado precário de conservação. Mesmo assim, estes municípios transferem pelo menos três pacientes por dia para hospitais do Rio.